

---

## Desigualdades de gênero e silenciamento das mulheres jornalistas no Brasil<sup>1</sup>

Jadeanny Arruda Silva dos SANTOS<sup>2</sup>  
Maria do Socorro Furtado VELOSO<sup>3</sup>

### RESUMO

A partir das relações que se estabelecem entre o crescimento das desigualdades de gênero e suas múltiplas formas de expressão, que denotam a vivência das mulheres em ambientes cada vez mais inseguros, este artigo busca apontar elementos que possam colocar em relevo as diversas formas de silenciamento, censura e violência de gênero incidentes sobre mulheres jornalistas Brasileiras e as medidas de enfrentamento necessárias para coibir essas ações. Com o suporte de pesquisas da Federação Nacional dos Jornalistas (2020), Agência Gênero e Número (2017) e Repórteres Sem Fronteiras (2021), recorreremos à revisão bibliográfica de estudos de gênero, feminismo e violência. De tal sorte, concluímos que apesar da ampla participação das mulheres no setor, elas ainda enfrentam violências diversas em suas trajetórias e não contam políticas de gênero nas redações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; Diversidade; Jornalismo; Mulheres Jornalistas; Violência de gênero.

### INTRODUÇÃO

Este texto é parte faz da dissertação recém defendida: *Narrativas da reexistência: um estudo sobre a violência de gênero em Natal/RN*. Em que mapeia os casos de violência de gênero contra jornalistas potiguaras, através de uma metodologia própria desenvolvida para trabalhar com mulheres e sujeitos subalternizados em situação de violência, e que utiliza das narrativas orais, memória e história de vida como técnica auxiliar para os resultados.

O Atlas da Violência no Brasil (CERQUEIRA *et al.*, 2021), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta para a magnitude do contingente de feminicídios<sup>4</sup> no país. Segundo o levantamento, 3.737 mulheres foram assassinadas no

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) – da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: arrudajadeanny@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: socorroveloso@uol.com.br

<sup>4</sup> Crimes praticados em razão do gênero. Quando uma mulher é assassinada por ser mulher. O termo ganhou destaque em 2015, quando da aprovação da Lei Federal 13.104/15, que estabelece a sua tipificação.

Brasil em 2019. As maiores vítimas da violência letal eram negras e moradoras de regiões periféricas brasileiras. A naturalização dos crimes praticados contra as mulheres emerge como uma das causas dos altos índices de violências cometidas, como consta no Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), organizado pela ONU Mulheres, em que o Brasil aparece como o 5º país do mundo com maior número de feminicídios.

Em 2016, o governo federal, em parceria com a Organização das Nações Unidas e ONU Mulheres, produziu um documento intitulado “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios” (ONU, 2016). O levantamento reitera análises anteriores de que o Brasil é o 5º país no mundo em assassinatos de mulheres e elabora possíveis soluções para sanar o problema. No cenário do trabalho, o Brasil só perde para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Entende-se por violência todo dano à integridade física, moral, material ou psicológica de alguém (SAFFIOTI, 2015). Também é considerada como violência o apagamento e a invisibilidade na qual alguns sujeitos estão inseridos. A essas formas, denominamos de violência simbólica (BOURDIEU, 1997). No caso brasileiro, são exercidas sobretudo contra sujeitos subalternizados como mulheres, negros, povos indígenas e pessoas que estão inseridas na comunidade LGBTQIA+. Segundo o teórico francês, “a violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22). Essas formas de violência podem ocorrer em diferentes ambientes. Dentre as práticas, algumas ganham destaque por atingir em maior proporção as mulheres. A essas, denominamos violência de gênero e violência contra a mulher, que podem ocorrer de forma física ou simbólica.

*Vaca, jumenta, puta, escrota, preta, incompetente, fraca, canalha, jornalista, louca.* Essas são algumas das principais ofensas que mulheres jornalistas, atuantes em todo o país, recebem diariamente em suas coberturas e em suas redes sociais. Elas são as mais violentadas<sup>5</sup> nas redes sociais digitais, conforme revelou um estudo da Revista AzMina e do InternetLab, junto ao Volt Data Lab e ao INCT.DD, com apoio do International Center for Journalists (ICFJ), de 2021. O que justifica tanta violência? São

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-jornalistas-recebem-mais-que-o-dobro-de-ofensas-que-colegas-homens-no-twitter/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

---

mulheres. Mulheres que majoritariamente atuam em áreas como política e economia, que, ao reportarem notícias desfavoráveis ao Governo Federal, por exemplo, passam a ser alvo do eleitorado do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL).

Esse tipo de ataque a mulheres que ocupam cargos públicos e a mulheres que cobrem áreas como economia e política é denominada, violência política de gênero. Esse tipo de violência é entendida por (BRITO, 2021), como ações de agressão física, moral, psicológica, material, para tentar impedir ou invisibilizar uma mulher de estar em um cargo público, ou ainda, levá-la a tomar uma decisão contrária a seus ideais.

O jornalismo brasileiro é feito majoritariamente por mulheres brancas, com a faixa etária de até 40 anos e solteiras. É o que revelou a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro 2021<sup>6</sup>: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho”. O estudo, coordenado por Samuel Pantoja Lima (2021) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reforça que a maior participação feminina nas redações é uma tendência que vem se repetindo nos levantamentos sobre a situação laboral acerca dos personagens atuam no setor, como os trabalhos de Ana Paula Bandeira (2019, p. 81): “os dados estatísticos, que dão conta de que a chamada feminização do jornalismo é um fenômeno recente no Brasil e em outros países, servem como ponto de partida e embasamento.”.

O levantamento da UFSC aponta para o enfraquecimento dos laços das condições laborais (crescimento de casos de assédio moral), junto com o pagamento de baixos salários pelo mercado, o que colabora com vários agravos à saúde como o estresse e os adoecimentos psíquicos. Tais constatações dialogam com pelo menos um dos resultados de outra pesquisa realizadas por Rosely Fígaro (2018): as mulheres jornalistas se submetiam a ter vínculos laborais precários e trabalho como “profissionais multimídia”, dando conta da produção de conteúdos para múltiplas plataformas. Além disso, o levantamento da UFSC discorre sobre a tendência de “juvenização da profissão” e o aumento da participação de negros e negras no setor.

Vivemos sob a exploração nos ambientes de trabalho no Brasil, com jornadas abusivas, excesso de trabalho, aumento da cobrança por parte dos superiores (mesmo entre aquelas que tiveram redução de salário e jornada), acúmulo de funções e as frequentes cobranças para dar conta de prazos, de plantões (incluindo quem está em teletrabalho) e de inúmeras reuniões. Soma-se a esse exaustivo cenário, o aumento expressivo da violência contra jornalistas. No ano passado, foram 428

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/2021/11/24/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

---

casos, quase metade protagonizados pelo presidente Jair Bolsonaro. Desse total, 44,66% foram contra nós, mulheres jornalistas. Todos os ataques, verbais e virtuais, tiveram caráter machista, misógino e com conotação literalmente sexual (FENAJ, 2021).

As violações à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa dessas profissionais, não são realizadas somente pelos apoiadores do presidente, mas também por parte de outros integrantes do governo. Eles acontecem por meio de redes sociais como o Twitter e, presencialmente, no chamado “cercadinho”, onde costumam ficar os profissionais da imprensa e os admiradores do governo. Uma pesquisa realizada pela organização não-governamental Artigo 19 (2020),<sup>7</sup> revelou que, em vinte meses, houve 449 atentados a jornalistas no Brasil. Esse número sobe quando observamos que outras situações de violência aconteceram após o lançamento da pesquisa. É importante mencionar que, ao agredir publicamente mulheres jornalistas com comentários sexistas e machistas, a maior autoridade política do país incentiva que seus eleitores também desfiram seu ódio contra o jornalismo profissional.

Após passar uma série de ameaças, a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo, publicou *A máquina do ódio* (2020), onde relata o que foi um dos maiores casos de violência cometido pelo presidente Jair Bolsonaro. Ela foi atacada após produzir uma reportagem sobre envio de mensagens irregulares pelo aplicativo WhatsApp ao longo da campanha eleitoral de 2018, quando os disparos dessas mensagens teriam trazido benefício no pleito eleitoral para o então candidato. Após a matéria ter sido publicada, o presidente ofendeu a jornalista:

Ela [Campos Mello] queria um furo. Ela queria dar um furo a qualquer preço contra mim. Lá em 2018, ele [Hans] já dizia que ele chegava e ia perguntando: ‘O Bolsonaro pagou para você divulgar pelo Whatsapp informações?’. E outra: se você fez fake News contra o PT, menos com menos dá mais na matemática. Se eu for mentir contra o PT, eu estou falando bem, porque o PT só fez besteira (UOL, 2020).

Ela afirma que, no Brasil, “estamos descobrindo que ser mulher e jornalista nos transforma em alvos” (MELLO, 2020, p. 78). Após a ação do presidente, Patrícia passou a receber ameaças proferidas por apoiadores do governo e *bots*<sup>8</sup> contra a sua vida e de seus familiares.

Ao amplificar a ofensa, o presidente dava sinal verde para milhares de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://artigo19.org/2020/09/15/linha-do-tempo/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

<sup>8</sup> Robôs digitais que são usados normalmente para enviar ofensas, calúnias e disseminar informações falsas.

---

peças me ofenderem, legitimava ataques sexistas contra mulheres. “E aí, putinha da Folha, kkkkk, cuidado ao oferecer o furo”, disse o usuário matheus. schuler, no Instagram. “Querida dar o furo em troca de reportagens, quenga, agora quer dar uma de vítima... toma vergonha vagaba, procura outra pessoa pra vc dar esse furo, ou furo”, dizia uma mulher (!) que se identificava como PalomaSolna23 no Instagram. Um dia depois da declaração de Bolsonaro, um vereador de Belém, Joaquim Campos, não viu nada de mais em me chamar de “vagabunda” em discussão na Câmara de Vereadores. Posteriormente, postou comentário em suas redes sociais: “Também não concordo com os vereadores de esquerda da Câmara Municipal de Belém, que ao invés de estar discutindo os problemas do município (que não são poucos), estão mais preocupados com o que o presidente Bolsonaro fala ou deixa de falar (MELLO, 2020, p.85).

Em 2020, a associação de veículos de mídia, One Free Press Coalition, publicou um ranking no qual elenca dez casos urgentes em que profissionais do jornalismo estão ou estiveram sob ataque. Patrícia Campos Mello, ocupa o terceiro lugar em uma lista com dez profissionais de todo o mundo.

Meu nome aparece em terceiro lugar. A lista é encabeçada por Chen Qiushi, jornalista chinês que desapareceu enquanto cobria a epidemia de coronavírus em Wuhan; a ele segue-se Daler Sharifov, jornalista do Tajiquistão detido por sua cobertura investigativa — ele escreve sobre política e religião e foi acusado de “fomentar o extremismo” com textos sobre teologia islâmica e a Irmandade Muçulmana. Meu caso é muito menos grave. Mas acho que a coalizão quis pôr em evidência o crescimento dessa nova modalidade de perseguição, o linchamento virtual, a jornalistas, mulheres em especial. As listas vêm a público em reportagens ou anúncios em todos os veículos de mídia membros da coalizão (MELLO, 2020, p. 93).

É público que as jornalistas têm sido alvo, de modo contínuo, de ameaças à prática profissional endereçadas pelo presidente do país<sup>9</sup> e por membros de sua equipe, durante as coletivas de imprensa e/ou por meio de redes sociais do gestor. Em uma das situações, em julho de 2021, ao ser questionado sobre a denúncia de superfaturamento nos contratos de compra de vacinas pelo Ministério da Saúde<sup>10</sup>, o chefe do executivo interpelou a repórter Adriana de Luca, da CNN Brasil e disse: "pare de fazer perguntas idiotas, pelo amor de Deus!". O ataque foi condenado por diversas organizações que defendem a liberdade de imprensa no país e grupos feministas que trabalham em prol dos Direitos

---

<sup>9</sup> Inclusive, em julho de 2020, o presidente foi denunciado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) por ataques contra mulheres jornalistas.

<sup>10</sup> O negócio foi alvo de arguições e debates na CPI da Covid por conta de um contrato para aquisição de 20 milhões de doses da vacina covaxin, por R\$1,5 bilhão, que estava, à época, sob investigação do Ministério Público Federal.

---

Humanos.

Os casos só reforçam o alerta que significa a presença do Brasil, na edição de 2021, da galeria de predadores da liberdade de imprensa, organizada pela Repórteres sem Fronteiras<sup>11</sup>. O levantamento expõe a ação violenta de 37 chefes de estado e de governo, dentre eles Jair Bolsonaro, que atuam de modo a silenciar jornalistas e praticam apologia à violência contra as mulheres que atuam no setor.

Já o estudo da organização Repórteres Sem Fronteiras, em 2021, intitulado “O jornalismo frente ao sexismo”, destaca os riscos que envolvem as jornalistas no exercício da profissão: 40 dos 112 países onde o levantamento foi aplicado representam perigo para as mulheres que atuam no setor. As ameaças estão sendo recorrentes, tanto no ambiente de trabalho das empresas, quanto no mundo virtual. Cerca de 84% das ouvidas pela pesquisa apontam que, depois dos *cyber* ataques, o assédio sexual representa a maior ameaça. O relatório revela o impacto do fenômeno no próprio jornalismo e quanto à produção de notícias com recurso às vozes femininas. “A falta de pluralidade nas redações acarreta graves consequências editoriais, em particular na representação das mulheres nos conteúdos oferecidos ao público” (REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, 2021, p. 26).

A violência online tem sido mais um tormento na vida das mulheres jornalistas, a preocupação se intensifica, porque apesar do aumento dos casos pouco tem sido feito em termos de leis de proteção para que essas jornalistas estejam amparadas e protegidas pelo Estado. Diante desse cenário as mulheres jornalistas passam, por mais uma forma de violência, buscando proteger-se, elas criam pseudônimos em redes sociais ou até mesmo optam por sair desses ambientes como forma de manter-se menos violentadas.

## **A VIOLÊNCIA *ON-LINE* CONTRA AS JORNALISTAS**

O cenário de agressões contra mulheres jornalistas, principalmente online, é alarmante. O levantamento Violência Online contra Mulheres Jornalistas<sup>12</sup>: Um Quadro Mundial de Incidência e Impactos fragilidade na proteção das profissionais do jornalismo, desenvolvida pela Posseti *et al.* (2021), põe em evidência como elas têm enfrentando a violência digital. Os dados da pesquisa mostram que 73% das participantes afirmaram ter sofrido violência digital, 13% disseram que aumentaram suas seguranças pessoais, por

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://rsf.org/pt/portraits/predator>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136>. Acesso em: 30 dez. 2021.

temerem que os ataques saiam do virtual e atinjam a vida offline. Ao vivenciarem a violência digital, muitas profissionais saem das redes para evitar a exposição e o escárnio dos internautas, algumas delas chegam a deixar a atividade por medo de perder a própria vida e pela integridade dos familiares.

A pesquisa desenvolvida pela UNESCO (POSSETI *et al.*, 2021) aponta essa discrepância, em um cenário em que os casos de violência têm ficado cada vez mais expostos por conta das redes sociais. Porém, no que se refere às denúncias, as mulheres denunciam menos e, por isso, as situações são subnotificadas. Embora pouco mencionada em estudos, a violência online é tão perigosa quanto as outras formas de opressão. As entrevistadas responderam que os impactos da violência online sobre a saúde mental foram a consequência mais frequente (26%); 12% disseram que procuraram ajuda médica ou psicológica devido aos efeitos da violência online (POSSETI *et al.*, 2021).

Desse modo, compreendemos que as violações contra mulheres jornalistas põe em evidência a ausência de uma legislação que responsabilize os autores dos crimes virtuais, além de sinalizar que a proteção a essas profissionais não é um assunto importante para as empresas onde elas exercem o trabalho produtivo. Essa afirmativa é baseada nas respostas das mulheres:

Apenas 25% das participantes informaram a seus empregadores sobre incidentes de violência online, e as principais respostas que disseram ter recebido foram: nenhuma resposta (10%) ou conselhos como ‘criar uma carapaça’ e “endurecer” (9%); 2% disseram que foram questionadas sobre o que tinham feito para provocar o ataque (POSSETI *et al.*, 2021).

A organização Gênero e Número, em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), realizou uma pesquisa para diagnosticar as formas de violência contra jornalistas, em 2017. Dentre os principais achados do estudo, que ouviu 477 mulheres, que trabalhavam em 271 veículos de comunicação, durante dois meses, temos o cerceamento à liberdade de expressão, discriminação quanto aos temas de pautas, constatação de casos de assédio moral e sexual – tanto por parte de colegas de trabalho quanto por parte das fontes – ou seja, é preciso modificar a cultura das redações para salvaguardar a integridade física e emocional das jornalistas. Conforme 46% das participantes do *survey*, suas empresas não possuíam canais para receber/responder a

---

denúncias de assédio e discriminação de gênero<sup>13</sup>.

Ao perceber a crescente onda de ataques às profissionais do setor, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), criou, em 2017, uma comissão para discutir as questões de gênero no jornalismo. A organização segue a mesma linha das COJIRAS – comissões de mulheres jornalistas que lutam por igualdade racial.

Os recorrentes casos de agressões contra jornalistas também contribuíram para a organização da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça, em 2021, além da realização de outras pesquisas que se debruçam sobre as questões de gênero e de raça, vistas como impulsionadores para que as violências aconteçam em maior proporção.

Como exemplo, temos o estudo Perfil Racial da Imprensa Brasileira<sup>14</sup>, realizado pelo Portal dos Jornalistas/Jornalistas & Cia, em aliança com o Instituto Corda – Rede de Projetos e Pesquisas e o I'Max, em 2021. A iniciativa foi apoiada por 14 organizações de jornalismo e coletou respostas de 1.952 jornalistas brasileiros, que mostra intensa sub-representação da população negra na profissão, bem como, nos cargos de liderança, do setor.

As redações jornalísticas brasileiras são mais brancas e masculinas do que a população brasileira e o racismo está presente na vida de praticamente todos os profissionais negros durante seu percurso profissional. Negros também ganham menos. Há predominância deles na faixa salarial mais básica, até R\$ 3.300 (41,7%). Já os brancos aparecem em percentual menos (22,9%). Brancos predominam em cargos de chefia. Em vários dos aspectos pesquisados a dificuldade dos negros para a ascensão e o desenvolvimento profissional é bastante marcada. As ações racistas mais relatadas dizem respeito a aspectos relacionados a preconceito racial em geral, discriminação pela aparência, discriminação no tratamento profissional e assédio racial. Para o desenvolvimento da carreira os aspectos mais citados estão relacionados a temas como: cultura geral da empresa privilegia brancos, chefia é sempre branca, discriminação pela aparência e ambiente de trabalho branco (JORNALISTAS&CIA *et al.*, 2021, p. 5).

Quando analisamos os dados do trabalho, chama a atenção a situação das mulheres negras que participaram do levantamento. Elas são duplamente discriminadas: por serem mulheres e negras têm suas carreiras profissionais ameaçadas.

---

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901\\_GN\\_relatorioV4.pdf](https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf). Acesso em: 22 maio 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

---

Para 85% das entrevistadas, jornalistas negras, a perversa combinação de racismo e machismo é presente em suas experiências profissionais. Misoginia e racismo, assédio, identificar a mulher como incapaz ou inapta e discriminação no tratamento profissional são alguns dos problemas enfrentados. (JORNALISTAS&CIA *et al.*, 2021, p. 6).

Um marco para a trajetória de luta das jornalistas ligadas à Fenaj, o 34º Congresso Nacional, realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 18 a 22 de agosto de 2010, representou uma guinada nas ações em prol da igualdade de gênero e raça dentro da categoria. Pela primeira vez, temos, na Carta de Porto Alegre<sup>15</sup>, documento aprovado no congresso que: “além das lutas sindicais específicas, os jornalistas brasileiros se comprometem a trabalhar no combate ao racismo e pela promoção de políticas de equidade de gênero, raça e etnia na organização da categoria e na produção jornalística” (FENAJ, 2010).

Outra iniciativa capitaneada pela Fenaj, junto com a Onu Mulheres, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foi a elaboração Guia para Jornalistas Sobre Raça e Gênero<sup>16</sup>. O documento também subsidiou a realização de cursos de gênero e raça para jornalistas e estudantes de jornalismo, em 2011, como um dos desdobramentos dos princípios adotados pela Carta de Porto Alegre.

Notamos que o esforço coletivo das profissionais, sindicatos, federações, movimentos sociais aponta para a necessidade da instituição de políticas de gênero e raça, dentro das empresas jornalísticas e da união entre os três poderes para que o combate à violência as punições aos agressores sejam efetivas.

## CONCLUSÕES

Este artigo buscou refletir à respeito de um fenômeno crescente em todo o mundo, e, mais propriamente, na sociedade brasileira contemporânea: a violência contra mulheres jornalistas. Também constatou que as ausências de políticas de gênero que contribuam para que as profissionais sintam-se seguras em seus ambientes laborais, visto que a violência de gênero acontecem também dentro desses espaços, ainda é uma das metas a serem alcançadas, assim como o debate a respeito da proteção no ambiente online, diante

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://fenaj.org.br/fenaj/direcao/congressos/congressos/>. Acesso em: 15 maio 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia\\_jornalistas.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf). Acesso em: 15 maio 2021.

---

do aumento no número de ciberataques.

Quando observamos as ofensas direcionadas às jornalistas, constatamos como a violência de gênero é naturalizada em distintas situações, dada sua permanência, ao longo dos anos, como parte do sistema que estrutura as empresas do setor e as relações que as profissionais precisam estabelecer, por exemplo, com agentes públicos do país. As empresas de comunicação, de modo geral, ainda são devedoras de uma política de gênero que possa salvaguardar as liberdades de expressão e imprensa, e proteger as mulheres que atuam nessas organizações.

As jornalistas continuam se sentindo desprotegidas dentro e fora dos seus espaços de trabalho e possuem pouco ou nenhum canal de escuta. Quando essas mulheres precisam sair desses locais que não consideram seguros e buscam outras oportunidades profissionais fora das redações, muitas vezes se deparam, novamente, com o assédio sexual, a violência política de gênero e a invisibilização. Daí, ser importante a discussão das assimetrias de gênero em todos os ambientes laborais para que homens e mulheres possam viver sua vida profissional com dignidade e livres de opressão.

É preciso ter rotinas seguras de trabalho que garantam a integridade das profissionais tanto fora, quanto dentro das redações. Cabe, também ao Estado, a observação de políticas de segurança que contemplem as mulheres e combatam a raiz do problema: a desigualdade estrutural e estruturante, para que exista, de fato, proteção para todas.

Observamos que, mesmo com a ampliação da participação das mulheres nos ambientes de trabalho, quando passaram a ocupar espaços políticos, a opressão e os casos de violência ainda são comuns. De tal sorte, as mulheres continuam enfrentando violações para ocupar setores de poder e decisão e, quando ascendem aos lugares de representação, ainda convivem com o mito da igualdade conquistada, quando a sociedade usa a participação feminina em áreas ditas “masculinas” para justificar que as discriminações foram superadas. Ter mulheres nesses espaços poderia beneficiar uma alteração mais significativa no que se refere a uma representação social da mulher enquanto liderança e não apenas como trabalhadoras do jornalismo – como é o caso dos conglomerados midiáticos.

Dessa forma, é preciso que o jornalismo e os jornalistas possam rever suas práticas, assim como as empresas jornalísticas necessitam ajustar suas rotinas produtivas para incluir as mulheres como protagonistas, tanto na produção quanto na pluralidade de

---

fontes e de diversidade. Dessa maneira, se o jornalismo se ausentar dessa responsabilidade e dessas necessidades, haverá uma restrição, um silenciamento e um apagamento das mulheres, tanto das profissionais do jornalismo, quanto de outros seguimentos que poderiam vir a ser as fontes da própria imprensa.

A ausência de práticas inclusivas, também no jornalismo, reforça a invisibilização das mulheres tanto na produção dos conteúdos, quanto no centro dos acontecimentos jornalísticos, como foco das notícias. Esse movimento de exclusão contribui, ainda, para que as representações sociais acerca das mulheres se apresentem de modo distorcido, ou seja: assimétricas do real, distante do cotidiano e da condição feminina. Percebemos que, quando são apagadas no protagonismo da elaboração das notícias, ou na qualidade de fontes, as mulheres podem ser tidas como menos capazes de assumir cargos de gestão e chefias, algo tão propagado pela estrutura patriarcal e pelo senso comum.

É preciso ter um tipo de cobertura jornalística que valorize esses sujeitos que ao longo da história foram subalternizados e que torne plural a diversidade de olhares sobre os fatos e as posições que são assumidas por homens e mulheres em nossa sociedade. Dessa maneira, quando o jornalismo nega as violências que as mulheres experimentam em seus cotidianos, tanto nas rotinas produtivas do setor (quando ocupam, em menor grau, cargos de decisão), como fontes, ou como consumidoras dessas mídias, ele coloca em evidência uma imagem distorcida da mulher, ele favorece à reprodução de uma cultura que coloca as mulheres no lugar de subalternidade e de cidadãos de segunda categoria. Dessa maneira, promove a propagação de representações sociais que não traduzem a expressão da maior parte das mulheres que vivem em nossa sociedade.

Ainda que estejamos imersos em uma sociedade machista e racista, há a necessidade de visibilizar sujeitos deslocados e oprimidos, redefinir suas histórias de vida e (re)existir no mundo para construir novas narrativas que lhes proporcionem formas seguras de exercício suas profissões e igualdade de tratamento nos espaços que ocupam. O corpo feminino, o corpo negro, não pode e não deve ser submetido a preconceitos e discriminações em nenhum cenário.

## REFERÊNCIAS

ABRAJI. Mulheres no jornalismo brasileiro. **ABRAJI & Gênero e Número**, 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8246-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. 2019. 250f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

BRITO, Thais. O que é violência política de gênero? **Politize!**, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FENAJ. Carta de Porto Alegre. **Portal da Federação Nacional dos Jornalistas**, Brasília, 21 ago. 2010. Congressos/ENJAIs. Disponível em: <https://fenaj.org.br/fenaj/direcao/congressos/congressos/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FENAJ. 8 de Março: Lute como uma jornalista. **Portal da Federação Nacional dos Jornalistas**, Brasília, 7 mar. 2021. Notas Oficiais. Disponível em: <https://fenaj.org.br/8-de-marco-lute-como-uma-jornalista/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FÍGARO, Roseli. The World of Work if Female Journalists: Feminism and Professional Discrimination. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 546-567, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1052/0>. Acesso em: 18 fev. 2022.

JORNALISTAS&CIA *et al.* Perfil racial da imprensa brasileira. **Portal Jornalistas&CIA**, nov. 2021. Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimpensabrasileira.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LIMA, Samuel Pantoja *et al.* (coord.). **Perfil do jornalista 2021: características sociodemocráticas, políticas, de saúde e do trabalho**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Rede de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETIK/SBPJOR). 31f. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2021/11/2021-11-12-Sum%C3%A1rio-Executivo-19%C2%BA-Encontro-da-SBPJor-RETIJ-VFINAL-REVISADA-2.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Diretrizes Nacionais para investigar,**

---

**processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios).** Brasília: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes\\_feminicidio.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf). Acesso em: 7 fev. 2020.

POSSETI, Julie *et al.* **Violência online contra mulheres jornalistas:** um quadro mundial de incidência e impactos. [s.l.]: UNESDOC Digital Library (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), 2021. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136_por). Acesso em: 18 fev. 2022.

REPORTERES SEM FRONTEIRAS. O JORNALISMO frente ao sexismo. **Repórteres sem fronteiras**, 2021. Disponível em: [https://rsf.org/sites/default/files/o\\_jornalismo\\_frente\\_ao\\_sexismo\\_0.pdf](https://rsf.org/sites/default/files/o_jornalismo_frente_ao_sexismo_0.pdf). Acesso em: 14 jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patricarado e Violência.** São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

UOL. **Bolsonaro insulta repórter da Folha:** "Ela queria dar o furo". [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (32 seg). Publicado pelo canal Uol. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=znEDvZqXA\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=znEDvZqXA_U). Acesso em: 10 fev. 2022.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: ONU Mulheres; OPAS/OMS; SPM; Flacso, 2015. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.